

O ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA: O ALVO DOS CORTES PÚBLICOS

Andressa Cassias Pereira *
Bartholomeo Oliveira Barcelos **

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo pesquisar dados do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), especificamente do Campus Canoinhas, sobre a gestão de patrimônio no tocante ao acervo bibliográfico institucional e o impacto na aquisição de livros frente aos cortes no orçamento público entre os anos de 2015 a 2018, demonstrando dados que levam em consideração a classificação na natureza de despesa para o material destinado para cada tipo de biblioteca. Metodologicamente, quanto a natureza do estudo prevalece a qualitativa; no que se refere aos objetivos a pesquisa é descritiva, classificando-se quanto ao tipo de pesquisa como bibliográfica e documental; fazendo uso de entrevistas semiestruturadas na busca de informações complementares. Neste contexto, identificou-se que a aquisição de material bibliográfico da instituição sofre forte agravamento, visto que os cortes no orçamento se deram principalmente nos recursos para investimento. E, não somente o desenvolvimento de coleções das bibliotecas do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Canoinhas foi comprometido, mas a estrutura acadêmica e administrativa como um todo, contudo, o acervo bibliográfico de uma instituição de ensino sendo primordial no processo de ensino-aprendizagem, teve lugar de destaque na pesquisa.

Palavras-chave: IFSC. Acervo Bibliográfico. Cortes no Orçamento. Gestão de patrimônio.

1 INTRODUÇÃO

O foco de estudo deste trabalho foi a biblioteca de uma Instituição Pública de Ensino Superior (IES). Foi analisado de que forma o seu acervo bibliográfico é gerido, como é feita a alocação de recursos financeiros e de que forma essa biblioteca é mantida, como acontece o desenvolvimento das coleções, e também como o orçamento para manter a biblioteca é disposto.

Considerando a sucessão de cortes no orçamento público, ocorrido no decorrer dos últimos anos, o presente estudo se baseia no comportamento do investimento para compra de material bibliográfico destinado à biblioteca da IES nos anos entre 2015 e 2018 (Documento Interno – IFSC, 2018b). Tendo sido estudada a progressão nesses anos, da aquisição de livros, o orçamento pretendido (PAT – IFSC, 2015, 2016a, 2017a, 2018c) e os valores pagos para tal (Documento Interno – IFSC, 2018b), especificamente referentes aos dados relativos à

*¹ Licenciada em Letras.

*² Orientador: Administrador, Licenciado em EPT, Esp. Gestão Empresarial, Mestre. em Engenharia de Produção.

biblioteca do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) campus de Canoinhas, e o que a contenção de recursos realizada pelo governo, trouxe até essa instituição.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) – Câmpus Canoinhas teve sua implantação no processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. E foi no final de 2010 que aconteceu sua inauguração, e já em 2011 ocorreram suas primeiras aulas, portanto, é um campus ainda novo e em processo de expansão.

Contudo, uma instituição jovem, como o IFSC Campus Canoinhas, já está passando por dificuldades orçamentárias, mesmo estando em pleno crescimento, com ofertas de cursos a todo vapor e ainda com seus cursos superiores sendo avaliados pelo Ministério da Educação (MEC). No entanto, apesar de haver legislações que obriguem a instituição a oferecer um acervo bibliográfico atualizado e correspondente ao Planejamento Pedagógico de Curso (PPC), o orçamento liberado para o investimento e custeio dessas instituições teve estrondosos cortes, dificultando a aquisição de bens, inclusive de material bibliográfico.

No decorrer deste trabalho foram estudados dados relativos à aquisição de livros e de como é feita a gestão de compra desse material. Os valores planejados, empenhados e pagos nas compras de material bibliográfico, e o que a contenção de orçamento praticada pelo governo nos últimos anos trouxe para a gestão do acervo. Também, a classificação de natureza de despesa dada ao mesmo material, dependendo apenas do tipo de biblioteca para o qual ele se destine.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta fundamentação teórica busca refletir sobre a importância do acervo bibliográfico para uma instituição de ensino, como ele é tratado no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), bem como trazer conceitos sobre o que é uma “biblioteca pública” e “biblioteca não pública” e apresentar conceitos sobre o livro como material permanente e de consumo.

2.1 Acervo Bibliográfico na Instituição de Ensino

O acervo bibliográfico de uma instituição de educação é uma fonte de pesquisa, estudo, conhecimento, e requisito fundamental para o funcionamento de uma instituição de ensino superior. Como nas palavras de Oliveira (2002, p.212): “entende-se por acervo o

conjunto de recursos informacionais registrados em qualquer tipo de suporte (impresso, meio eletrônico, imagens, áudio etc.) que compõem uma biblioteca”.

Para tanto, as bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, na visão de Oliveira (2002, p. 208):

[...] tem por missão o suporte de suas atividades; sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão. Desta forma, devem-se priorizar recursos informacionais, infraestrutura e serviços adequados para a(s) atividade(s) definida(s) por cada IES.

As instituições de educação têm a obrigação de disponibilizar esse acervo pautado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), para os alunos, não somente para avaliação e/ou reconhecimentos de cursos, mas principalmente como instrumento de estudo e pesquisa para a comunidade acadêmica, assim, afirmando-se ainda mais, que este material é imprescindível, visto que Campello (2012, p. 07) nos traz uma visão de biblioteca adequada ao nosso tempo: “do paradigma da leitura para o paradigma da aprendizagem”.

Quando se pensa no papel das bibliotecas escolares e sua relação com os processos de ensino e de aprendizagem e, sobretudo, com seu papel de ampliação de conhecimentos específicos, espera-se que elas possam “[...] ser mais do que um espaço de promoção de leitura; elas revelam potencial para ser um espaço de aprendizagem” (CAMPELLO, 2012, p. 07). Ainda sobre esse espaço de aprendizagem, o autor afirma:

[...] boas bibliotecas escolares, adequadamente exploradas, ajudam os estudantes a aprender com os livros e com as informações, além de possibilitar o desenvolvimento de inúmeras outras capacidades importantes para o desenvolvimento cognitivo.

Dessa forma, já era discutido há décadas, que é necessário que o espaço das bibliotecas e seu acervo sejam constituídos de materiais adequados, relevantes, organizados, conforme demonstrava Carvalho (1970, *apud* BECKER, 2015, p. 39): “a biblioteca também deve oferecer as seguintes facilidades: **acervo atualizado sobre as matérias do currículo**; sala de estudos e pesquisa; livre acesso à biblioteca(...)” (grifo nosso).

Portanto, a literatura sempre trouxe a importância da atualização do acervo das bibliotecas, justamente para que o leitor/usuário possa sentir-se também assistido por um material relevante, atual, confiável, válido e coerente.

2.1.1 Acervo Bibliográfico na Instituição de Ensino Superior

No entanto, com uma maior ênfase, o acervo bibliográfico de uma Instituição de Ensino Superior (IES), concebe além das ideias descritas no item anterior, as contempladas nas legislações e resoluções que regem o seu funcionamento e gestão.

Para tanto, o Art. 2, parágrafo único, da Lei nº 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (BRASIL, 2004), destaca que:

Os resultados da avaliação referida no caput deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Portanto, as bibliotecas das IES passam, com a instituição como um todo, por avaliação, pois, conforme o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento (BRASIL, 2017a, p.5):

[...] os cursos de graduação devem ter autorização para iniciar suas atividades, para depois receberem o reconhecimento do curso, que possibilitará à IES emitir diplomas aos graduados. Posteriormente, de acordo com a legislação pertinente, as instituições se submetem a processo avaliativo periódico para obter a renovação do reconhecimento, necessário para a continuidade da oferta.

E, ainda, conforme esse mesmo Instrumento em seu item 3 – Infraestrutura – 3.6 e 3.7, respectivamente, sobre as Bibliografias Básica e Complementar, será atribuído o “Conceito 5”, para o acervo da bibliografia básica e da complementar, que esteja adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e que esteja atualizado, considerando a natureza das Unidades Curriculares (BRASIL, 2017a, p.32-33).

Para tanto, como a educação é um processo em constante evolução, encontra-se, pautada na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 e no disposto no Parecer CONAES nº 04, de 17 de junho de 2010, a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, a qual normatiza o Núcleo Docente Estruturante – NDE de um curso de graduação, que traz o seguinte, no seu artigo 1º:

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. (BRASIL, 2010)

Quando se concretiza a contínua atualização de um projeto pedagógico do curso, há de se considerar a renovação e/ou atualização da bibliografia indicada nas unidades curriculares, sendo necessárias novas compras para que o acervo bibliográfico esteja em conformidade com os requisitos para manutenção de um determinado curso. Dessa forma, quando se trata das ciências e tecnologias, não há como duvidar que os materiais bibliográficos se tornem obsoletos com facilidade.

2.2 Bibliotecas Públicas

Quando a comunidade se depara com uma instituição pública, de educação, por exemplo, logo poderia inferir e afirmar que a biblioteca da instituição seria uma biblioteca pública. Porém, a comunidade engana-se ao portar tal pensamento. E, confirmando-se pelo exposto no manual eletrônico do SIAFI (BRASIL, 1996, p. 01-02), tem-se:

2.1.1 - BIBLIOTECA PÚBLICA - unidade bibliotecária destinada indistintamente a todos os segmentos da comunidade, com acervos de interesse geral, voltada essencialmente da leitura e hábitos associados entre um público amplo, definido basicamente em termos geográficos, sem confundir com bibliotecas destinadas a atender um segmento da comunidade para um propósito específico.

Mesmo em suas versões anteriores, o manual eletrônico do SIAFI, já trouxe essa definição pautada também no Manifesto da Federação Internacional De Associações E Instituições Bibliotecárias/Organização Das Nações Unidas Para Educação Ciência E Cultura (IFLA/UNESCO) em 1994, sobre bibliotecas públicas:

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. (IFLA/UNESCO, 1994, p. 01)

Disso, extraiu-se que a biblioteca pública deve oferecer seus serviços indistintamente para todos os cidadãos, com o intuito de disseminar informações e conhecimento com equidade a toda a comunidade em que esteja inserida, e não somente à comunidade acadêmica da qual faça parte.

E, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, no Acórdão 111/2006 da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União – TCU, no item 1.22 traz:

Utilize a classificação contábil de que trata o art. 18 da Lei 10.753/2003 (regulamentado no Manual SIAFI, transação >CONMANMF 02.11.38 item 3.3) exclusivamente para aqueles acervos que exerçam a função de “biblioteca pública” no sentido técnico do termo, a saber, uma unidade bibliotecária destinada indistintamente a todos os segmentos da comunidade, com acervos de interesse geral, voltada essencialmente à disseminação da leitura e hábitos associados entre um público amplo definido basicamente em termos geográficos, sem confundir-se com as bibliotecas destinadas a atender um segmento da comunidade para um propósito específico (a exemplo da biblioteca escolar, a universitária, a especial, a especializada e a infantil). (BRASIL, 2006, p. 04)

Assim sendo, o TCU recomendou nesse Acórdão que fosse aplicado o disposto no artigo 18 da Lei nº 10.753 de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, no qual o livro, das bibliotecas públicas, não deve ser considerado material permanente. (BRASIL, 2003)

Portanto, pode-se ratificar que uma biblioteca de uma instituição pública, não, necessariamente seja uma biblioteca pública, apesar de parecer controverso, porém os manifestos, acórdão, manuais do sistema financeiro público, trazem essa diferenciação de nomenclatura e de grande impacto na gestão patrimonial das instituições, e na gestão das bibliotecas institucionais, sendo tanto na parte administrativa quanto na disponibilidade dos seus serviços aos usuários/cidadãos.

Essa relevante distinção entre tipos de bibliotecas traz regras específicas na gestão patrimonial, sendo identificadas na aquisição de bens que compõem a biblioteca, a ser tratado aqui, prioritariamente da aquisição do acervo bibliográfico.

2.3 O livro como material de consumo e permanente

O livro pode ser considerado material permanente, conforme consta no manual eletrônico do SIAFI, em sua versão de 20/09/2016, no item 3.8:

As aquisições que não se destinarem às bibliotecas públicas deverão manter os procedimentos de aquisição e classificação na natureza de despesa número 449052 Equipamentos e Material Permanente - incorporando ao patrimônio na conta Coleções e Materiais Bibliográficos - 1.2.3.1.1.04.02, utilizando-se a Situação DSP201 - Aquisição de Bens Móveis. (BRASIL, 1996, p. 03)

No mesmo documento supracitado, porém, difere o mesmo material, no caso o livro, podendo ora ser considerado material permanente, ora material de consumo. Cita-se, nesse manual, o que descreve a legislação que instituiu a política nacional do livro, Lei 10.753 de 30 de outubro de 2003, em seu artigo 18, que para as bibliotecas públicas o livro não é considerado material permanente, tendo como objetivo controlar melhor os bens patrimoniais de uma biblioteca pública.

Essas definições são baseadas nas descrições características de material permanente contidas na literatura, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP de 2017 e anteriores (BRASIL, 2017b, p.107), e na Lei 4320/64 em seu art. 15 § 2º (BRASIL, 1964), onde destacam que material permanente não perde a durabilidade ou identidade física, e tem duração maior que 2 anos.

Diante disso, observa-se que a legislação deu ao mesmo material características distintas, diferenciando apenas o ambiente para disposição do bem, “biblioteca pública” e não pública, tendo a obrigação de cumprir fielmente essas legislações vigentes. E ainda, sendo até alvo de apontamentos do Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão 111/2006 da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União – TCU, item 4, 2006, sendo recomendado no item 4.1 o seguinte:

Aperfeiçoe as orientações já constantes do Manual SIAFI, transação >CONMANMF 02.11.38, itens 2.1.1 e 3.3, para que seja neles conste que a contabilização prevista no item 3.3 destina-se exclusivamente àqueles acervos que exerçam a função de "biblioteca pública" no sentido técnico do termo, a saber, uma unidade bibliotecária destinada indistintamente a todos os segmentos da comunidade, com acervos de interesse geral, voltada essencialmente à disseminação da leitura e hábitos associados entre um público amplo definido basicamente em termos geográficos, sem confundir-se com as bibliotecas destinadas a atender um segmento da comunidade para um propósito específico (a exemplo da biblioteca escolar, a universitária, a especial, a especializada e a infantil), em função da obrigatória interpretação estritamente técnica do art. art. 18 da Lei 10.753/2003 (interpretação da lei segundo a "nomenclatura própria da área em que se esteja legislando", art. 11 inc. I alínea 'a' da Lei Complementar 95/98, bem como a interpretação sistemática da legislação pertinente - arts. 15 § 2º e 94 da Lei 4320/64; IN/SEDAP 205/98, itens 7.4 e 7.9); 4.2 mantenha a incidência da contabilização como material permanente, prevista no item 3.8 da transação >CONMANMF 02.11.38, para todas as demais modalidades dos acervos bibliográficos (a exemplo das bibliotecas escolares, universitárias, especiais e especializadas). (BRASIL, 2006., p. 04-05)

Diante desse exposto, pode-se levantar uma questão, a qual versa em torno dessa matéria, se um bem pode ser considerado material permanente para uma dada situação e de consumo para outra, supõe-se que, o livro, facilmente poderia ser considerado material de consumo para várias situações, uma vez que pode, sim, ter sua durabilidade reduzida pelo uso, e ainda ter seu conteúdo como defasado. E, assim sendo, haja vista o contingenciamento de recursos financeiros coercitivos sofridos pelos serviços públicos, tendo como principal alvo os recursos destinados para investimento, o desenvolvimento das coleções bibliográficas poderia estar em plena evolução nas bibliotecas das IES se o livro fosse visto como material de consumo também para tais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo realizado apresenta elementos de uma pesquisa quali-quantitativa, mas prevalece a natureza qualitativa nas reflexões e resultados apresentados. No que se refere aos objetivos da pesquisa ela classifica-se como descritiva, visto que essa analisa um dado fenômeno ou evento e posteriormente descreve suas ponderações e constatações.

Quanto ao tipo de pesquisa ela é bibliográfica e documental, sendo, de acordo com Gil (2010), a bibliográfica é uma pesquisa elaborada para oferecer fundamentação teórica à pesquisa, já a documental recorre às fontes internas da organização.

Dessa forma, foram pesquisados dados do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), no campus de Canoinhas no Estado de Santa Catarina (SC), sobre o planejamento de compras de material bibliográfico (PAT – IFSC, 2015, 2016 a, 2017a, 2018c), orçamento realizado para

investimento e custeio nos anos de 2015 a 2018 (Documento Interno – IFSC, 2018b), o orçamento empenhado e pago para aquisição de material bibliográfico nestes mesmos anos (Documento Interno – IFSC, 2018b), e o valor do patrimônio em acervo bibliográfico (Balancete Siafi – IFSC, 2018a) que o referido campus possui.

Para complementar o estudo, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas junto de servidores públicos responsáveis por setores da instituição de interesse deste estudo. Assim, foram levantados dados junto: a Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio, Departamento de Administração e Coordenadoria de Bibliotecas, do mesmo modo, houve a verificação dos documentos internos referentes a estes setores, o que permitiu chegar aos dados referenciados ao longo da pesquisa.

Com isso, esse estudo realizou o levantamento bibliográfico da literatura que versa sobre o tema, o exame documental, além de entrevistas semiestruturadas com responsáveis pelos setores da instituição envolvidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente faz-se necessária uma introdução de como é realizada, internamente, a aquisição de material bibliográfico no Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC.

O fluxo de compra corresponde ao seguinte: primeiro é realizada uma estimativa do item em questão, depois, ocorre o processo licitatório, para posteriormente ser solicitada a compra pelo setor interessado. Em seguida, realiza-se o empenho e a Autorização de Fornecimento (AF) é gerada. Com essa AF em mãos, a empresa fornecedora faz a entrega do material.

Quando a instituição recebe esses materiais é feita verificação dos materiais do pedido; após é realizada a incorporação ao patrimônio quando material permanente, e sendo material de consumo, a incorporação é feita apenas no sistema de almoxarifado.

Então, o processo de aquisição de livros, inicia-se com a estimativa, que é o lançamento dos projetos de aquisição no Plano Anual de Trabalho (PAT), que esboçam os valores a serem gastos com a compra no ano posterior, pois a Resolução nº 4 de 2017 do Colégio de Dirigentes (CODIR) do IFSC descreve em seu artigo 3º que “o PAT será utilizado, pela Reitoria, para a elaboração da Proposta Orçamentária do IFSC para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018”. (IFSC, 2017b, p. 01)

Depois, há realização de pregão eletrônico para contratação por licitação, conforme a Lei 8.666 (BRASIL, 1993), que em seu art. 2º traz: “As obras, serviços, inclusive de

publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.”

Na licitação vence a empresa que ofertar maior lance de desconto no valor de capa das obras. Concluída a licitação, é emitida ata de registro de preços, designando a empresa vencedora a fornecer acervo bibliográfico ao IFSC pelo prazo de um ano.

A partir do registro da ata, as bibliotecas podem solicitar orçamento das obras a serem adquiridas, tendo como base a reserva de recurso para aquisição de acervo descrita no PAT.

Cada campus tem organização própria e autônoma para definir quanto de financeiro será destinado a aquisição de acervo bibliográfico e quais obras serão adquiridas em cada processo.

Para nortear quais obras serão adquiridas, há a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (SiBI/IFSC), que foi aprovada em 2016 pela Resolução CEPE/IFSC nº 57/2016 de 10 de outubro de 2016.

Essa Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) trata sobre a prioridade de compra de material bibliográfico, sendo prioritária a compra de títulos que façam parte dos Planejamentos Pedagógicos de Cursos – PPC, “Serão priorizados materiais bibliográficos que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem e a proposta curricular dos cursos oferecidos pelos Campus do IFSC –bibliografias básicas e complementares” (PDC - IFSC, 2016b, p. 19)

Depois dos itens cotados e aceitos para compra é emitida a autorização de fornecimento (AF), e a partir de então, o fornecedor fará a entrega das obras. Recebidos e conferidos os materiais, o fornecedor será pago.

O setor de patrimônio realiza o processo de incorporação ao patrimônio para que, posteriormente, o processo técnico de inclusão das obras no acervo da biblioteca seja realizado pelo bibliotecário.

4.1 Análises de orçamentos e investimentos do acervo bibliográfico

Para a realização das aquisições relativas ao acervo bibliográfico, o IFSC trabalha em cima das estimativas e planejamentos feitos no ano anterior à compra, que aliado ao orçamento liberado no ano corrente, realiza seus investimentos.

A instituição trabalha o seu planejamento com projetos lançados no Plano Anual de Trabalho (PAT), que é um projeto construído coletivamente dentro da instituição, anualmente,

e define a aplicação dos recursos orçamentários e prioridades do campus. Nos PAT's do campus Canoinhas, foram planejados os seguintes valores em relação à aplicação de recursos para aquisição de material bibliográfico, constantes na planilha orçamentária dessa Unidade Gestora, nos referidos anos, conforme o Quadro 2:

Ano	Valor
2015	R\$50.000,00
2016	R\$30.000,00
2017	R\$35.000,00
2018	R\$22.039,00

Quadro 2: valores planejados para aplicação de recurso para aquisição de livros
Fonte: PAT – IFSC (2015, 2016 a, 2017a, 2018c)

Sendo, então, o total planejado para aquisição de material bibliográfico nesses anos de R\$137.039,00. No entanto, de acordo com os dados sobre empenho, liquidação e pagamento, da data de 26/10/2018 (Documento Interno - IFSC, 2018b), os valores empenhados e pagos, pelo campus, em livros nos respectivos anos são representados no Quadro 3:

Ano	Descrição	Item	Empenhado	Pago
2015	Acervo Bibliográfico	Coleções e Materiais Bibliográficos	55.200,00	55.200,00
2016	Acervo Bibliográfico	Coleções e Materiais Bibliográficos	17.000,00	17.000,00
2016	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação	Coleções e Materiais Bibliográficos	4.800,00	4.800,00
2017	Acervo Bibliográfico	Coleções e Materiais Bibliográficos	936,00	936,00
	Investimento EPT – Gestão da Unidade	Coleções e Materiais Bibliográficos	10.224,00	10.224,00
2018	Acervo Bibliográfico	Coleções e Materiais Bibliográficos	9.936,00	8.205,70
		TOTAL R\$	98.096,00	96.365,70

Quadro 3: Valores Empenhados e Pagos
Fonte: Documento Interno – IFSC (2018b)

Esse quadro exemplifica os valores empenhados e os valores pagos dos anos de 2015 a 2018, diretamente pelo campus. Pode-se confirmar, com isso, que a quantia empenhada/paga está diminuindo drasticamente com o passar dos anos. Sendo que o valor pago em 2018 pode variar entre 14% e 42% do valor pago em 2015, chegando a diferença em 42%, em relação ao ano de 2015, caso haja, de fato, o pagamento de mais R\$15.000,00 ainda pretendidos pela instituição para essa aquisição.

Já as incorporações ao patrimônio nos anos pesquisados se desenvolveram da seguinte forma, conforme Balancete Siafi do dia 05/10/2018, descrito a seguir no Quadro 4:

ANO	VALOR
2015	R\$ --
2016	R\$57.130,62
2017	R\$36.391,03
2018	R\$22.451,42

Quadro 4: valores incorporados ao patrimônio
Fonte: Balancete Siafi – IFSC (2018a)

Esses valores somados apresentam o total de R\$115.973,07 (cento e quinze mil reais, novecentos e setenta e três e sete centavos) em incorporações ao patrimônio do campus.

Observa-se aqui uma diferença entre os valores pagos e os de incorporação. Essa diferença se dá pela incorporação de algumas doações recebidas de material bibliográfico, e da diferença deduzida de impostos, e ou até mesmo por incorporações de materiais comprados anteriormente ao período pesquisado, e também de compra realizada diretamente pela Reitoria do IFSC.

O Gráfico 1 ilustra um paralelo entre os valores referentes aos Materiais Bibliográficos: Planejados, Empenhados, Pagos e Incorporados.

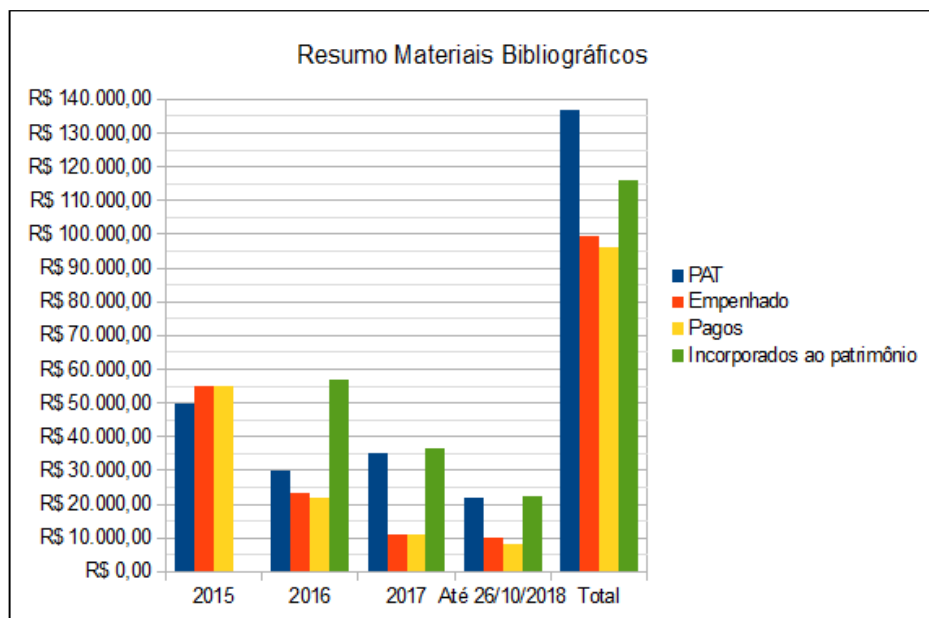


Gráfico 1: Resumo dos Materiais Bibliográficos

Fonte: Balancete SIAFI - IFSC (2018a), Documento Interno - IFSC (2018b), PAT – IFSC (2015, 2016 a, 2017a, 2018c)

A partir dos dados do Gráfico 1, pode-se observar que a aquisição de material bibliográfico tem diminuído no decorrer desses anos pesquisados.

Em Outubro/2018, o valor total do patrimônio em Coleções e Materiais Bibliográficos no IFSC – Campus Canoinhas, de acordo com o Balancete Siafi (IFSC, 2018a) era de R\$ 343.326,25, já o valor total de Material Permanente do campus está em R\$ 4.117.704,45. De acordo com esses dados, o acervo bibliográfico do campus representa 8,34% de todo o patrimônio em Material Permanente do campus.

Levando em conta o total do patrimônio em material bibliográfico e a aquisição feita no período de 2015 a 2018 (sem contar com os valores a serem empenhados até o final de 2018), tem-se que cerca de 28% do acervo bibliográfico foi adquirido no período de 2015 a 2018 e o restante, 72%, foi adquirido nos anos anteriores, ou seja, desde o ano de 2010, quando teve a primeira incorporação de material bibliográfico, através de compra, para o campus Canoinhas, conforme o Balancete SIAFI (IFSC, 2018a), gerado em Outubro/2018.

Entretanto, analisando o orçamento empenhado do campus do ano de 2015 ao ano de 2018, tem-se o que demonstra o gráfico o seguinte:

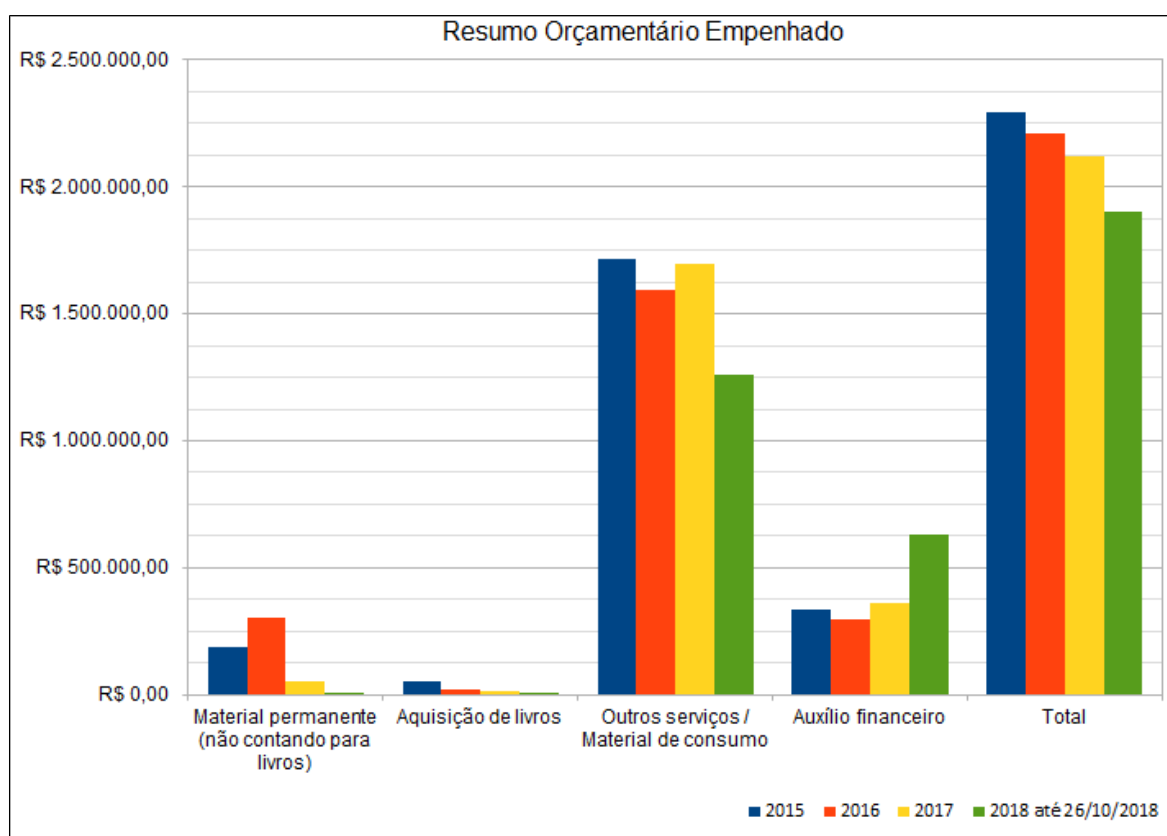


Gráfico 2: Resumo Orçamentário Empenhado
Fonte: Documento Interno- IFSC (2018b)

Diante disso, constata-se que houve um decréscimo no valor total empenhado do decorrer dos anos analisados, sendo que, apesar de que os valores destinados para auxílio

financeiro obtiveram um crescimento considerável no ano de 2018, para os demais empenhos houve diminuição significativa.

Cabe ressaltar que para materiais permanentes, no ano de 2018 foram empenhados R\$10.534,00, sendo R\$9.936,00 para compra de livros, e R\$598,00 para outros permanentes, quando em 2015, por exemplo esses valores foram R\$ R\$55.200,00 e R\$185.416,89 respectivamente.

Observa-se, também, que os valores empenhados para despesas de custeio (outros serviços e materiais de consumo) ainda que tenha tido, redução no decorrer dos anos, foi onde ocorreram em menores porcentagens de decréscimo.

É fato que nos últimos anos a administração pública tem enfrentado um contingenciamento de recursos devastadores, como ressaltou a Reitora Maria Clara Kaschny Schneider, em uma entrevista para o Jornalismo IFSC (SCHNEIDER, 2016), “O orçamento liberado hoje é de 90% para custeio e 50% para investimento, ou seja, se esses valores vão para a LOA (Lei Orçamentária Anual), são menores que 2016”, destacou a reitora.

Ademais, o contingenciamento de recursos desses últimos anos tem afetado diretamente o desenvolvimento de coleções das bibliotecas dos IFSC, tendo sido demonstrada tal situação na apresentação dos números e valores reais vividos pelo campus. Portanto, os cortes no orçamento, principalmente os efetivados no orçamento para investimento está impedindo o desenvolvimento da instituição de forma geral e, conseqüentemente, o crescimento e desenvolvimento de coleções da biblioteca do IFSC campus Canoinhas, e também de toda sua rede, visto que os cortes atingiram toda a Rede Federal de Educação.

A Coordenadoria de Bibliotecas do IFSC foi questionada sobre os cortes no orçamento, e como as bibliotecas da instituição foram afetadas. Relata, no entanto, que a realidade dos números projeta a realidade das bibliotecas dos campus de um modo geral, e que os cortes fizeram o investimento em acervo bibliográfico nas bibliotecas do IFSC serem menores, ocasionando baixo desenvolvimento de coleções e dificuldades no atendimento das demandas dos cursos. E que neste contexto chega-se a uma constatação: se os livros fossem considerados material de consumo, o desenvolvimento do acervo estaria garantido, tanto para novas compras quanto para reposição de exemplares danificados pelo uso e desgaste natural, mesmo que os recursos destinados para investimento e custeio têm sido contingenciados, porém em menor escala para os de custeio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o campus em questão está em pleno crescimento, passando por tempos de reconhecimento de cursos, e tem o planejamento de abertura de novas vagas e também de novo cursos, como por exemplo o curso Superior de Bacharel em Agronomia, que conforme o Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) do IFSC Campus Canoinhas, terá sua primeira entrada no primeiro semestre de 2019 (IFSC, 2018), o fator que considera o livro, para essa instituição, como material permanente, tem obstruído o crescimento institucional duplamente, pois os cortes no orçamento, além que por si só já barrarem o crescimento institucional, ainda na forma como tem acontecido, sendo na maior parte nos recursos para investimento, também atrasa o desenvolvimento do acervo bibliográfico.

E sobre o livro ser considerado material permanente para bibliotecas não-públicas, na prática, isso não é eficaz para as instituições de ensino, pois o livro é um material que circula muito e que tem um desgaste natural, deteriorando-se com maior frequência, além de poderem ficar, seus conteúdos, ultrapassados.

Portanto, por analogia à Lei nº 10.753, de 30 de outubro 2003, que Institui a Política Nacional do Livro, e que opta por considerar o livro para bibliotecas públicas como material de consumo, poder-se-ia, o livro, ser classificado como tal para diversas situações, uma vez que ele apresenta, nos dias atuais, deterioração tanto pelo uso quanto inerente do próprio material, contando ainda com a frequente atualização das referências bibliográficas dos PPC's, que devem estar em consonância com a instituição, sendo essa atuante na oferta de educação profissional, científica e tecnológica de qualidade, não pode oferecer desenvolvimento tecnológico e científico pautado em materiais ultrapassados, desatualizados e obsoletos.

Sem contar, ainda, com a maneira com que o governo federal tem atuado no contingenciamento de recursos, sendo maior parte nos de investimento, e se hoje a realidade dos livros fosse vista como de material de consumo, não teria sido tão afetado quanto foi demonstrado na pesquisa.

Quando o objeto deste estudo for colocado em pauta, tanto pelos gestores, quanto pelos técnicos administrativos, servidores das bibliotecas, e docentes, creio que a condição e delimitação de “material permanente” para o acervo bibliográfico das instituições de ensino como um todo, pode vir a ser apreciado com outro olhar. Olhar que tanto se preocupa não somente com um patrimônio, mas o que e como esse material pode beneficiar ainda mais os usuários e comunidade acadêmica, no sentido de sempre conseguir oferecer o que há de melhor e mais avançado no mercado.

Assim sendo, pela ótica de sempre oferecer um serviço público de qualidade, deve-se estar em pauta questões como estas, pois assim como estão, acabam atrasando o

desenvolvimento institucional e vetando o oferecimento de melhores possibilidades de ensino/pesquisa/extensão, essa tríade que sustenta a existência do Instituto Federal de Santa Catarina. Além do acesso de toda a comunidade envolta ao instituto, também poder usufruir, de certa forma, desses benefícios, que não ficam apenas na utilização do ambiente da biblioteca, mas sim de maior valorização da região em que a instituição encontra-se fixada.

REFERÊNCIAS

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um olhar sobre a gestão**. Blumenau: IFC, 2015.

BRASIL. **Lei nº 4320 de 17 de março de 1964**. Estatui as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm> . Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. **Lei 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>. Acesso em: 03 dez. 2018.

_____. Secretaria Do Tesouro Nacional. SIAFI. **Manual eletrônico do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**. 1996. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/021100/021135/>> Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Lei nº10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. Tribunal de Contas da União. 1ª Câmara – Tribunal de Contas da União – **Acórdão 111/2006**. Relator: Ministro Guilherme Palmeira. Sessão: 31/1/2006. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/*/?KEY:ACORDAO-COMPLETO-110525/DTRELEVANCIA%20desc/false/1>. Acesso em: 08 set. 2018.

_____. **Resolução nº 01 DE 17 DE JUNHO DE 2010**. Normatiza o Núcleo Estruturante e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/atas-pareceres-e-resolucoes>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. Sistema Nacional De Avaliação Da Educação Superior. Diretoria De Avaliação Da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**. Brasília, 2017a. Disponível Em: <<http://inep.gov.br/instrumentos>> Acesso Em: 26

Ago. 2018.

_____. Secretaria Do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. 7ª ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2017b. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em 30 ago. 2018.

CAMPELLO, Bernardete. **Biblioteca Escolar**: conhecimentos que sustentem a prática. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Plano Anual de Trabalho (PAT) do IFSC Campus Canoinhas**, 2015.

_____. **Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) do IFSC Campus Canoinhas**, 2015-2018. Disponível em: <http://pdi.ifsc.edu.br/download/plano-de-oferta/planilhas-dos-campus/planilhas-do-pocv-versao-6-2-ajustadas/>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Plano Anual de Trabalho (PAT) do IFSC Campus Canoinhas**, 2016a.

_____. **Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (PDC SiBI/IFSC)**, 2016b Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Minuta_PDC___2016_atualizada_marco_2017.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Plano Anual de Trabalho (PAT) do IFSC Campus Canoinhas**, 2017a.

_____. **Resolução Codir nº 04, de 18 de maio de 2017**. Altera a Resolução nº 03/2017, que estabelece normas e procedimentos para a elaboração, cadastro, validação e revisão do Plano Anual de Trabalho 2018 do IFSC, 2017b. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/documents/23567/200009/ResoluC3%A7%C3%A3o+Codir+04+2018+nova/b1cc5b47-feeaa-e8ba-1182-171c75af7a61>>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. Diretoria de Administração e Infra-Estrutura. Sistema Patrimonial. **Balancete SIAFI do IFSC Campus Canoinhas**, 2018a.

_____. **Documento Interno do IFSC Campus Canoinhas**, 2018b.

_____. **Plano Anual de Trabalho (PAT) do IFSC Campus Canoinhas**, 2018c.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E CULTURA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**, 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

OLIVEIRA, Nirlei Maria. A biblioteca das IES e os padrões de qualidade do MEC: uma análise preliminar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 7, n. 2, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/409/221>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

SCHNEIDER, Maria C.K. Série Orçamento: Como os cortes afetam o IFSC e o que a instituição faz para superá-los. **Entrevista concedida ao Jornalismo IFSC**. Disponível em: <<http://linkdigital.ifsc.edu.br/2016/09/23/serie-orcamento-como-os-cortes-afetam-o-ifsc-e-o-que-a-instituicao-faz-para-supera-los/>>. Acessado em: 23 ago. 2018.